



A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR: ENTRE A LEGISLAÇÃO E AS PERCEPÇÕES DOCENTES

THE TEACHER'S PEDAGOGICAL TRAINING: BETWEEN LEGISLATION AND TEACHERS' PERCEPTIONS

LA FORMACIÓN PEDAGÓGICA DEL DOCENTE: ENTRE LA LEGISLACIÓN Y LAS PERCEPCIONES DOCENTES

Pollyane Vieira da Silva



Doutora em Estatística e
Experimentação Agronômica
(ESALQ/USP)
Professora no Instituto Federal de
Mato Grosso (IFMT)
vieira_polly@usp.br

Taciana Villela Savian



Doutora em Estatística e
Experimentação Agropecuária
(UFLA)
Professora na Universidade de São
Paulo (USP)
Docente no Programa de Pós-
Graduação em Estatística e
Experimentação Agronômica
(ESALQ/USP)
tv Savian@usp.br

Rosebelly Nunes Marques



Doutora em Educação Escolar
(UNESP)
Professora na Universidade de São
Paulo (USP)
Docente no Programa de Pós-
Graduação em Ecologia Aplicada
(Interunidades) do CENA/USP e
no Programa de Pós-graduação em
Química da UFSCar
rosebelly.esalq@usp.br

Resumo

Este artigo insere-se na área de formação de professores e tem como objetivo geral discutir a importância da formação pedagógica na formação do professor e como a legislação brasileira prevê a obrigatoriedade dessa formação. Foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa com dados de professores que atuam em diferentes etapas educacionais coletados a partir de um questionário estruturado. O tratamento realizado nas respostas objetivas foi uma análise descritiva seguida de uma análise de agrupamento. Para as respostas dissertativas utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo. Os resultados mostraram que os professores compreendem a importância da formação pedagógica na prática docente porém, percebeu-se que o grau de importância à formação pedagógica é decrescente a medida em que o docente atua nos níveis educacionais mais elevados, como na graduação e pós-graduação, à medida que a legislação educacional atual não exige tal formação para o exercício da profissão docente na educação superior. Considerou-se necessária a ampliação de políticas públicas que contribuam para as reflexões teórico-metodológicas sobre a formação pedagógica de docentes.

Palavras-chave: Formação docente. Legislação educacional. Conhecimento pedagógico.

Recebido em: 17 de janeiro de 2022.

Aprovado em: 9 de junho de 2022.

Como citar esse artigo (ABNT):

SILVA, Pollyane Vieira da; SAVIAN, Taciana Villela; MARQUES, Rosebelly Nunes. A formação pedagógica do professor: entre a legislação e as percepções docentes. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 2, e22048, 2022.
<http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n2.e22048.id1437>



Abstract

This article is part of the area of teacher training and its general objective is to discuss the importance of pedagogical training in teacher training and how Brazilian legislation makes this training mandatory. A quantitative-qualitative research was carried out with data from teachers who work in different educational stages, collected from a structured questionnaire. The treatment performed on the objective responses was a descriptive analysis followed by a cluster analysis. For the essay answers, the content analysis methodology was used. The results showed that teachers understand the importance of pedagogical training in teaching practice, however, it was noticed that the degree of importance to pedagogical training is decreasing as the teacher works at higher educational levels, such as undergraduate and graduate, as the current educational legislation does not require such training for the exercise of the teaching profession in higher education. It was considered necessary to expand public policies that contribute to theoretical-methodological reflections on the pedagogical training of teachers.

Keywords: Teacher formation. Educational legislation. Pedagogical knowledge.

Resumen

Este artículo forma parte del área de formación del profesorado y tiene como objetivo discutir la importancia de la formación pedagógica en la formación del profesorado y cómo la legislación brasileña hace obligatoria esta formación. Se realizó una investigación cuantitativa-cualitativa con datos de docentes que laboran en diferentes etapas educativas, recolectados a partir de un cuestionario estructurado. El tratamiento realizado sobre las respuestas objetivas fue un análisis descriptivo seguido de un análisis de agrupamientos. Para las respuestas discursivas se utilizó la metodología de análisis de contenido. Los resultados mostraron que los profesores comprenden la importancia de la formación pedagógica en la práctica, sin embargo, se percibió que el grado de importancia a la formación pedagógica va disminuyendo a medida que el docente se desempeña en niveles educativos superiores, como estudios de pregrado y posgrado, ya que la legislación educativa vigente no requiere dicha formación para el ejercicio de la profesión docente en la educación superior. Se consideró necesario ampliar las políticas públicas que contribuyan a las reflexiones teóricas y metodológicas sobre la formación pedagógica de los docentes.

Palabras clave: Formación docente. Legislación educativa. Conocimientos pedagógicos.



1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1988). No Brasil, há um conjunto de normas educacionais, leis e regulamentos relativos ao setor educacional, no qual chamamos de Legislação do Ensino ou Legislação Educacional.

Há várias definições para Legislação Educacional, segundo Menezes (2001) é um conjunto de normas educacionais, legais e infralegais, leis e regulamentos, com instrução jurídica, relativas ao setor educacional. Esse tema tem um caráter interdisciplinar pois aborda aspectos ligados ao direito, a pedagogia e também a formação de profissionais de educação que atuam embasados nas regras e normas educacionais.

A Legislação Educacional possui duas naturezas, uma reguladora e outra regulamentadora (MARTINS, 2002). A legislação reguladora é composta por normas constitucionais, leis que organizam a educação. A legislação regulamentadora é composta por decretos, portarias e pareceres que ajudam a operacionalizar a lei. Em âmbito nacional, os documentos oficiais que regem a educação são: a Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394 de 1996, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) a Lei 13.005 de 2014, Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei nº 9.131 de 1995, Diretrizes Curriculares Nacionais.

A educação no Brasil é organizada em Sistemas de Ensino e é de responsabilidade compartilhada entre todos os entes da federação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Pode-se classificar a educação em dois níveis, educação básica e educação superior. A educação básica contém as seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A educação superior inclui a Graduação e a Pós-graduação.

No século XIX, vários países implantaram um sistema nacional de ensino como uma alternativa para acabar com o analfabetismo e a universalização da instrução popular. O Brasil não foi um desses países e isso ocasionou um enorme déficit histórico no campo educacional pátrio. A ideia da criação de normas comuns para toda a nação com o intuito de orientar a organização educacional de todo o país em forma de sistema, apresentou-se pela primeira vez na Constituição de 1934. Segundo Saviani (2010) o Sistema Nacional de Educação busca que a educação em todo o território do país tenha uma organização educacional, com diretrizes comuns e bases também comuns.



A formação de professores é um tema que vem sendo muito discutido no Brasil e no mundo. Segundo Silva et al. (2019), abordar a profissionalização docente é uma questão polêmica em diferentes âmbitos educacionais. No Brasil, unida a já reconhecida difícil condição de trabalho, existe ainda a “tradição” de que o magistério absorve em seus cargos, grande parte de profissionais de áreas diversas, sem a formação acadêmica necessária. Segundo Guarda, Barbosa e Cunha (2021) as reformas educacionais alteraram a organização escolar e refletiram na formação continuada de professores. De forma que minimizaram a importância da formação inicial em detrimento de uma maior valorização das experiências de trabalho e de uma concepção individualizada de sucesso nas escolas (FERNANDES, 2008).

O Título VI da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional é dedicado aos “Profissionais da Educação”, dando relevância à atividade docente pela primeira vez na legislação educacional brasileira. Pelo Artigo 62, a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser de nível superior, em curso de licenciatura plena, permitindo, para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal popularmente conhecida como magistério (BRASIL, 1996). A formação docente para a educação superior é definida no Artigo 66, no qual exige formação em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Para a educação superior não é exigida a prática de ensino ou a formação pedagógica do professor para exercer a docência, diferentemente da educação básica. Dessa forma, há profissionais que ingressam na carreira docente sem terem qualquer formação pedagógica para tal. O fato de ter professores atuando em cursos de licenciatura, ou seja, em cursos que formam outros professores sem ter uma bagagem pedagógica requer uma atenção especial. Mesmo que sem intenção os programas de pós-graduação perpetuam a ideia de que para ser um bom professor é necessário saber o conteúdo e ser um bom pesquisador no caso do ensino superior, priorizando as pesquisas e deixando de lado a formação pedagógica (PACHANE, 2007).

Diante disso, buscamos conhecer a percepção dos professores de diferentes níveis de ensino e relacionar essas informações com a legislação vigente. Portanto, traçamos como objetivo geral do trabalho discutir a importância da formação pedagógica na formação do professor e como a legislação brasileira prevê a obrigatoriedade dessa formação. Os objetivos específicos são: analisar se a formação acadêmica do professor e o nível educacional que atua está de acordo com a legislação vigente, conhecer o perfil e a formação acadêmica de



professores brasileiros que atuam em diferentes níveis educacionais, identificar as consequências da formação pedagógica na prática docente, analisar estatisticamente os dados dos docentes coletados por meio da análise descritiva e de agrupamento e discutir a importância da formação pedagógica na formação docente por meio da análise de conteúdo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido baseando-se no método de pesquisa quantiqualitativo e delimitou-se o número mínimo de 100 respostas. Os dados foram obtidos por meio do preenchimento de um questionário estruturado em 10 questões, sendo 8 de múltipla escolha e 2 dissertativas, todas obrigatórias. O questionário foi enviado através de um *link* por meio de grupos de contatos via aplicativo de mensagens instantâneas e ficou disponível para respostas em um período de 20 a 27 de maio de 2021. Utilizou-se da técnica de *snowball*, onde os participantes iniciais que fazem parte da rede de contato da autora indicaram novos participantes que por sua vez indicaram novos participantes e assim sucessivamente, totalizando 110 participantes. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Pecege conforme CAAE 44259221.2.0000.9927.

Foi realizada uma análise descritiva dos dados coletados e posteriormente uma análise de Agrupamento, técnica estatística multivariada. Neste trabalho, optou-se pela matriz de distância Chao (CHAO et al., 2005). Foi utilizado o método de ligação completa (*complete linkage*) para medir a distância entre os grupos, que leva em consideração a distância entre dois agrupamentos menos similares, ou seja, foi considerada as maiores distâncias entre os vizinhos. Essa análise foi realizada com o auxílio do software R (versão 3.5,1) (R CORE TEAM, 2018), aplicando a análise de agrupamentos aos dados e gerando o dendrograma.

Para a análise das respostas das questões dissertativas foi utilizada o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Segundo Santos (2012) a análise de conteúdo de Bardin tem por objetivo apresentar uma apreciação crítica de análises de conteúdo como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas. Os dados foram analisados a partir da percepção dos respondentes e da legislação vigente e separados em categorias, sendo que a primeira categoria foi a formação pedagógica ter ou não ter importância na formação docente e a segunda categoria a formação pedagógica ter impactos positivos ou negativos na prática docente.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para verificar a formação acadêmica e pedagógica dos professores, elaborou-se um questionário estruturado com 10 questões, disponível para respostas durante sete dias. O questionário foi respondido por 110 professores residentes em diferentes unidades federativas do Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 - - Unidades federativas às quais os respondentes pertencem

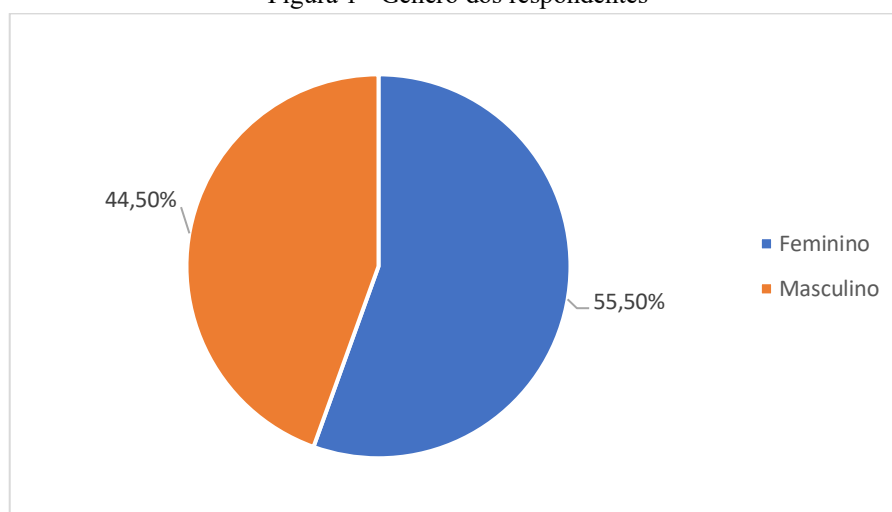
Alternativas	Número de respostas	Porcentagem (%)
São Paulo	64	58,2
Mato Grosso	11	10
Rio Grande do Sul	11	10
Alagoas	6	5,5
Minas Gerais	4	3,6
Mato Grosso do Sul	3	2,7
Pará	3	2,7
Bahia	2	1,8
Maranhão	2	1,8
Paraná	2	1,8
Pernambuco	1	0,9
Santa Catarina	1	0,9

Fonte: Da pesquisa realizada.

A maioria dos participantes pertencem ao estado de São Paulo (58,2%), seguido por Mato Grosso (10%), Rio Grande do Sul (10%) e Alagoas (5,5%). Alguns fatores contribuem para a maior parte dos respondentes sejam destes estados, a pesquisadora deste trabalho reside no estado de São Paulo onde realizou toda a sua formação acadêmica e atualmente trabalha no estado do Mato Grosso exercendo atividade de docência. Além disso, o estado de São Paulo detém o maior quadro de docentes entre os estados brasileiros, segundo o último censo de professores realizado em 2007. Em complementaridade, Silva et al. (2019) apresenta que no estado de São Paulo existe um número maior de docentes com formação superior e pós-graduação, principalmente que tenha cursado licenciatura, especialização e doutorado, quando comparado com os demais estados.

Em relação ao gênero, 55,5 % dos respondentes são do sexo feminino e 44,5% são do sexo masculino (Figura 1).

Figura 1 - Gênero dos respondentes



Fonte: Da pesquisa realizada.

Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2020, o perfil predominantemente feminino dos profissionais vai se modificando à medida que se caminha da educação infantil para o ensino médio e para a educação profissional. As estatísticas mostram também que a docência na educação básica é uma atividade majoritariamente feminina, principalmente na educação infantil onde ainda existe o preconceito com professores homens exercendo a profissão docente, o que implica que a questão de gênero não pode ser ignorada como ocorre, mas incorporada como uma variável importante nas políticas e nos estudos da área (BRASIL, 2004).

A faixa etária predominante dos respondentes foi entre 31 e 40 anos (40%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Faixa etária dos respondentes

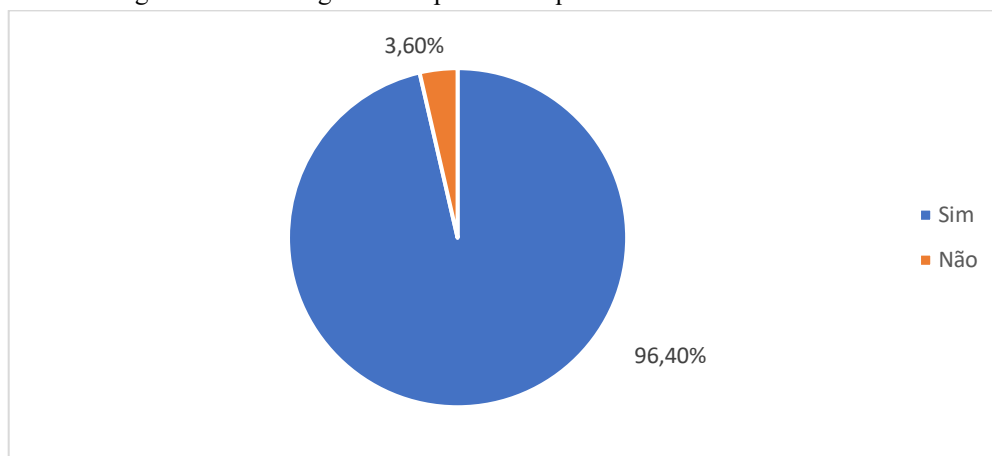
Alternativas	Número de respostas	Porcentagem (%)
Entre 18 e 23 anos	1	0,9
Entre 24 e 30 anos	11	10
Entre 31 e 40 anos	44	40
Entre 41 e 50 anos	33	30
Acima de 51 anos	21	19,1

Fonte: Da pesquisa realizada.

Pode-se observar que o menor percentual seria de pessoas em idade de formação acadêmica a nível superior. Percentuais de inserção no mercado de trabalho mais significativas podem ser observadas em respondentes acima de 30 anos.

A maioria dos respondentes estão atualmente trabalhando como docente (96,4%) em alguma instituição de ensino (Figura 2).

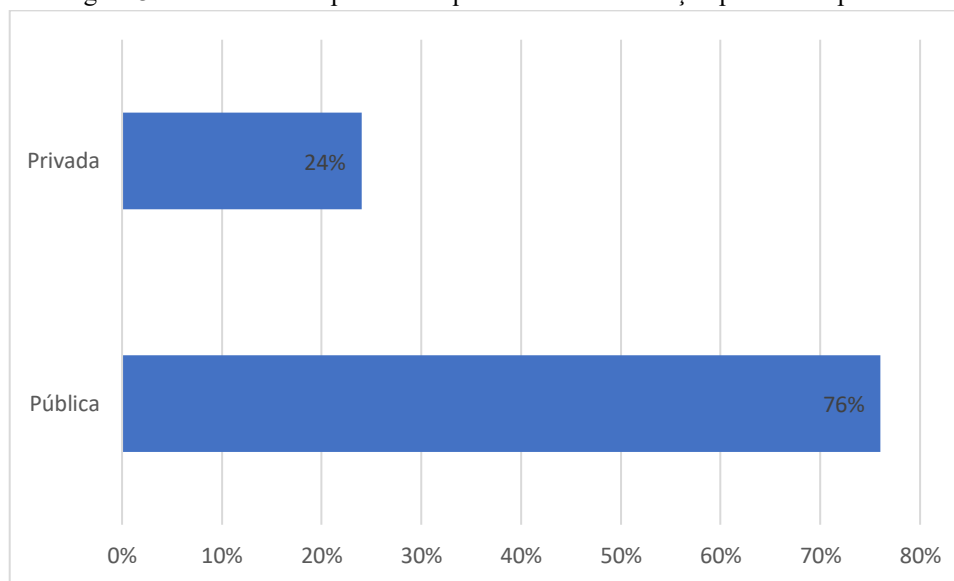
Figura 2 - Porcentagem de respondentes que estão atuando como docentes



Fonte: Da pesquisa realizada.

Os respondentes desse questionário em sua maioria atuam como docentes na rede pública de ensino (83,6%) (Figura 3).

Figura 3 - Número de respondentes que atuam em instituição pública ou privada



Fonte: Da pesquisa realizada.

O gráfico apresentado na Figura 3 corrobora com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica (2007) na caracterização geral dos professores da educação básica, que 1.507.096 trabalham exclusivamente na rede pública de ensino, em escolas federais, estaduais ou municipais, atuando em uma ou mais destas redes. Apenas 16,4% dos professores atuam exclusivamente na rede privada.

A maioria dos respondentes atuam como professores do Ensino Médio (54,5%), seguido da Graduação (35,5%) e Ensino Fundamental anos finais (31,8) (Tabela 3).

Tabela 3 - Etapas educacionais em que os respondentes atuam

Alternativas	Número de respostas	Porcentagem (%)
Educação Infantil	15	13,6
Ensino Fundamental (anos iniciais)	16	14,5
Ensino Fundamental (anos finais)	35	31,8
Ensino Médio	60	54,5
Graduação	39	35,5
Pós-graduação	15	13,6

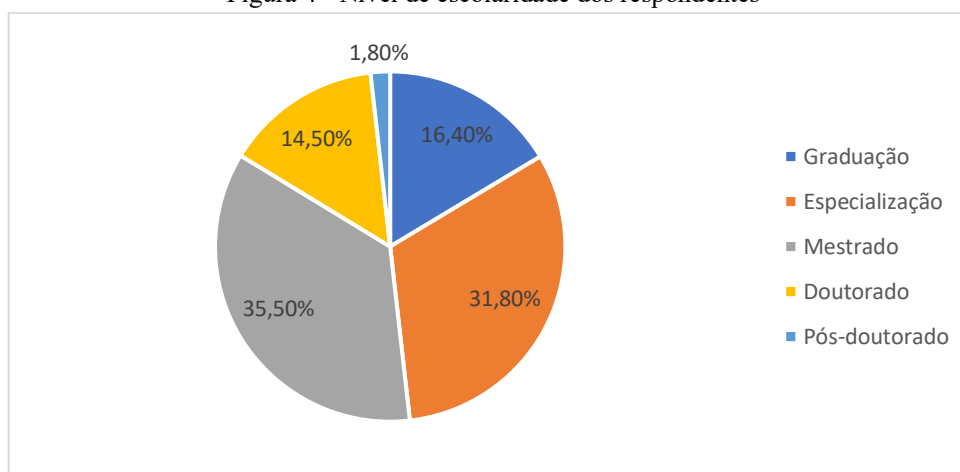
Fonte: Da pesquisa realizada.

Nesta questão os docentes tiveram a opção de assinalar mais de uma alternativa pois há professores que atuam em mais de uma etapa da educação, simultaneamente.

Atualmente o número de docentes no país aumentou, em 2020, foram contabilizados 2,2 milhões de professores de educação básica (INEP, 2021). A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem o objetivo de garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de graduação, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A maioria dos respondentes possuem o título de mestre (35,5%), seguido de especialistas (31,8%) (Figura 4).

Figura 4 - Nível de escolaridade dos respondentes



Fonte: Da pesquisa realizada.

Na legislação educacional brasileira, a questão da formação do professor de ensino superior ser abordada em apenas um artigo da LDB, sem exigências e nem especificidades mostra como é tratada de forma pontual e superficial (SCHEIBE, 2003). Diferentemente da educação básica que exige formação em curso de licenciatura plena, o qual possui uma carga horária reservada a disciplinas de cunho pedagógico além do estágio supervisionado em



docência, a legislação para a formação docente do ensino superior não exige essa formação pedagógica.

Os respondentes que possuem algum tipo formação pedagógica representam (88,3%) do total (Tabela 4).

Tabela 4 - Formação pedagógica dos respondentes

Alternativas	Número de respostas	Porcentagem (%)
Fiz um curso de licenciatura	81	73,6
Fiz uma complementação pedagógica	7	6,4
Outras	4	3,6
Não tive	18	16,4

Fonte: Da pesquisa realizada.

Dentre as formações pedagógicas listadas estavam: curso de licenciatura, complementação pedagógica e outras. Alguns respondentes optaram por outras formações, onde citaram curso de especialização e disciplina pedagógica na pós-graduação.

Segundo Scheibe (2003) uma preparação pedagógica que conduza a uma reconstrução da experiência por parte do professor-aprendiz pode ser altamente mobilizadora para a revisão e construção de novas formas de ensinar. Será que a preparação pedagógica interfere na qualidade do processo de ensino-aprendizagem? O que as instituições de ensino levam em consideração na formação docente? Essas e outras perguntas surgem quando pensamos na carreira docente, como são as formas de ingresso, se a formação pedagógica é algo essencial ou complementar a formação docente.

De acordo com os dados obtidos no questionário, observou-se através da Tabela 5 a relação entre o nível de escolaridade dos respondentes e possuir formação pedagógica. Para esse conjunto de dados notou-se que a porcentagem dos docentes doutores e pós-doutores que possuem formação pedagógica está abaixo de 70%, já os docentes que possuem graduação, especialização e mestrado acima de 80%.

Tabela 5 - Relação do nível de escolaridade dos docentes e a formação pedagógica (FP)

Nível de escolaridade	Possui FP	Não possui FP
Graduação	88%	12%
Especialização	91%	9%
Mestrado	82%	18%
Doutorado	68%	32%
Pós-doutorado	50%	50%

Fonte: Da pesquisa realizada.

A relação entre a etapa educacional que o docente atua e possuir formação pedagógica pode ser observada por meio da Tabela 6.

Tabela 6 - Relação da etapa educacional que os docentes atuam e a formação pedagógica [FP]

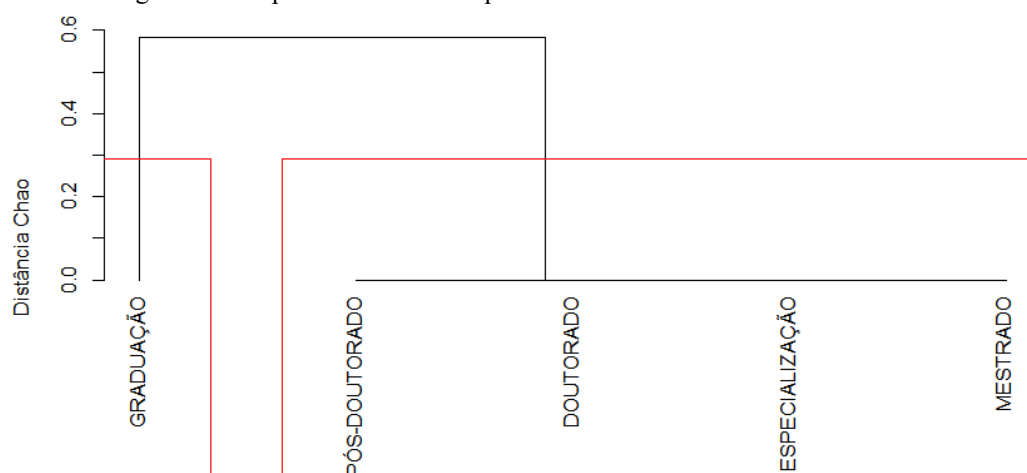
Etapa educacional	Possui FP	Não possui FP
Educação Infantil	100%	0%
Ensino Fundamental (anos iniciais)	94%	6%
Ensino Fundamental (anos finais)	97%	3%
Ensino Médio	92%	8%
Graduação	67%	33%
Pós-graduação	67%	33%

Fonte: Da pesquisa realizada.

Percebe-se da Tabela 6, que quanto mais elevada a etapa educacional menor o número de docentes que possuem formação pedagógica, nessa amostra de professores.

A fim de agrupar os níveis de escolaridade dos docentes respondentes a partir da etapa escolar em que eles atuam realizou-se uma das técnicas de análise estatística multivariada, a análise de agrupamento, utilizando as variáveis (Etapa educacional que o docente atua e Nível de escolaridade do docente) presentes nas Tabelas 5 e 6. Os grupos homogêneos foram identificados por um corte transversal no dendrograma representado por caixas em vermelho, utilizando a distância Chao como medida de similaridade e método de aglomeração hierárquico completo (Figura 5).

Figura 5 - Dendrograma da etapa educacional em que os docentes atuam em diferentes níveis de escolaridade



Matriz de similaridade
hclust (*, "complete")

Fonte: Da pesquisa realizada.



Destacando-se no dendrograma um grupo formado somente por Graduação e outro grupo composto por Pós-doutorado, Doutorado, Especialização e Mestrado. De acordo com o último Censo da Educação Superior de 2019 a distribuição do grau de formação docente na categoria pública foi em ordem decrescente: 66,0% de doutores, 24,7% de mestres e 9,3% de até especialistas. Na categoria privada o mestrado, enquanto grau de formação, permanece predominante (48,3%), seguido do doutorado (28,9%) e de até especialização (22,8%). Os dados apresentados em Brasil (2021) corroboram para o entendimento do grupo formado por Pós-doutorado, Doutorado, Especialização e Mestrado em que três delas são as formações predominantes dos docentes que atuam no Ensino Superior.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (2020) a maioria dos docentes possui formação adequada prevista na LDB. Dos docentes que atuam no ensino médio, 97,1% têm nível superior completo (89,6% em grau acadêmico de licenciatura e 7,4%, bacharelado) e 2,9% possuem formação de nível médio ou inferior (BRASIL, 2021). O grupo no dendrograma formado apenas por Graduação deve-se ao fato da maioria dos docentes que possuem somente a graduação atuarem na Educação Básica.

No questionário haviam duas perguntas dissertativas. Para a análise das respostas utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo (BARDIN, 2010) em que primeiramente fez-se uma pré-análise das respostas consistindo na leitura e preparação do material coletado, separando-se as categorias de análise, a formação pedagógica ter ou não ter importância na formação docente. Na segunda etapa fez-se a exploração do material em que as respostas foram codificadas em respostas favoráveis à formação pedagógica e respostas desfavoráveis à formação pedagógica. Depois da codificação fez-se a categorização seguindo o critério semântico das palavras. A terceira e última etapa consistiu no tratamento e interpretação dos resultados obtidos.

Uma das perguntas foi Para você qual a importância da formação pedagógica na formação docente?. A grande maioria das respostas apresentaram fatores que contribuem para a valorização da formação pedagógica na formação docente. Na categoria 1, as palavras “fundamental”, “essencial” e “imprescindível” foram muito utilizadas para caracterizar a importância da formação pedagógica de acordo com os respondentes desse questionário. Dentre as respostas favoráveis notou-se uma preocupação com o processo de ensino e aprendizagem, muitas respostas frisaram que a formação pedagógica pode auxiliar e melhorar esse processo que não é estático e nem trivial.



O respondente R7 escreveu “É de extrema relevância o conhecimento pedagógico na formação docente, pois aprimora a atuação docente em todo processo de ensino aprendizagem, além de auxiliá-lo melhor na criação de estratégias didáticas e pedagógicas”.

Percebeu-se que muitas respostas trouxeram como benefício da formação pedagógica na formação docente a melhora da didática R13 “Contribui para entender melhor o processo da aprendizagem e construção de melhor forma didática”, R16 “Não basta saber o conteúdo se não souber a didática”, R59 “Didática é a parte fundamental da educação, é por meio da didática que se consegue a comunicação efetiva com os alunos”.

A didática faz parte da ciência pedagógica, sendo responsável por estudar os processos de aprendizagem e ensino, mas a formação pedagógica não consiste apenas na didática. Comumente entende-se por didática como a arte de ensinar de modo que o aluno aprenda, só que além disso, segundo Libâneo (2004) a didática tem o compromisso com a busca da qualidade cognitiva das aprendizagens, esta, por sua vez, associada à aprendizagem do pensar.

Das respostas desfavoráveis à formação pedagógica na formação docente tem-se R62 “Acredito não ser de fundamental importância, especialmente para docentes que atuam com o nível superior” a partir dessa resposta vemos a ideia de que a formação pedagógica do docente é necessária apenas aqueles que atuam na educação básica. R64 “A formação pedagógica quase não influenciou na minha prática docente, visto que os autores estudados não condizem com a realidade da educação atual” foi umas das respostas obtidas que trouxe como essa formação pedagógica é trabalhada dentro das instituições de ensino. Complementar a essa resposta temos outra R23 “Há importância na formação do docente. Entretanto, na experiência que tive em minha licenciatura, a maioria das aulas das disciplinas ditas pedagógicas traziam temas que não eram objetivos (ao aprendizado do ensino). Havia muita discussão utópica que, na maioria das vezes, fugia completamente do assunto. Imagino que uma objetividade maior seja necessária”. As duas últimas respostas mostraram o descontentamento com a maneira que os temas e conteúdos pedagógicos foram abordados em sua formação.

Há estudos que mobilizam os manuais de pedagogia, Silva (2001) desde a sua dissertação de mestrado pesquisa sobre manuais de pedagogia, didática, metodologia e prática de ensino. Quais temas privilegiam no decorrer dos anos para formar os professores da escola moderna? Ao se voltar o olhar para saber como os manuais pedagógicos participam do processo de construção da modernidade escolar, do qual eles também fazem parte, atenta-se para as



orientações de organização do magistério a partir do princípio da homogeneidade das classes (SILVA; CATANI, 2019).

As respostas para a segunda pergunta dissertativa do questionário, que foi “Em sua prática docente, quais os impactos da formação pedagógica?” também foram analisadas utilizando a metodologia da análise de conteúdo, com duas categorias. Na segunda categoria a grande maioria das respostas apresentam impactos positivos da formação pedagógica.

R6 “Na minha prática a formação pedagógica faz toda a diferença precisamos das teorias aliadas a prática docente”, R22 “Fornecem as bases para a atuação em sala de aula e fornecem subsídios teóricos para o fazer pedagógico”, R46 “As minhas aulas tornam-se mais atrativas, buscando sempre utilizar os conhecimentos passados nas formações pedagógicas para que o aluno obtenha mais conhecimento”.

Nenhuma das respostas apresentaram impactos negativos, mas respostas como R23 “Não uso” ou R27 “Não houve impacto significativo, por se tratar de área de ensino com perfil técnico, cuja experiência é de grande importância” mostram que há professores que não veem a necessidade da formação pedagógica em sua prática docente. Nesta última resposta apresentada, o respondente em questão entende que a experiência docente é mais importante do que a formação pedagógica podendo ser uma terceira categoria pois o respondente não caracteriza esse saber como irrelevante, mas como menos importante.

Uma resposta chamou atenção por relacionar algo já discutido anteriormente, a reestruturação das disciplinas pedagógicas nas instituições de ensino. O respondente não possui formação pedagógica, mas o único contato com uma disciplina pedagógica foi frustrante R32 “Não tive formação pedagógica. Fiz apenas uma disciplina do campo pedagógico e não vejo influência dela na minha prática docente. Na verdade, a principal influência dela, foi me fazer desistir de fazer outras disciplinas pedagógicas”. Segundo Tres e Del Pino (2018) é necessário que, durante a formação, os estudantes consigam perceber a integração entre os conhecimentos debatidos na universidade e a realidade da escola, seu futuro campo de atuação profissional.

É válido ressaltar que muitos docentes atuam no ensino superior sem ter formação pedagógica pois a lei não especifica esta exigência. Correa e Ribeiro (2013) afirmam que ser docente no ensino superior não é apenas uma questão de domínio de conteúdo, de expertise em determinado campo. A prática pedagógica em tal nível de ensino é complexa, contextualizada, muitas vezes imprevisível e se configura por escolhas éticas e políticas. Nesse sentido, entende-



se que a docência demanda um processo formativo que pode ter como fase inicial a pós-graduação stricto sensu. Atualmente muitos cursos de pós-graduação oferecem disciplinas ou cursos de preparação pedagógica aos pós-graduandos, sendo para alguns desses alunos prováveis futuros professores, o primeiro contato no âmbito pedagógico.

A formação foi substituída pela preparação para a docência no ensino superior. Entretanto, essa preparação não acontece de fato, pois os conhecimentos pedagógicos específicos à formação para a docência do ensino superior não estão presentes nos cursos de pós-graduação (CORREA; RIBEIRO, 2013). A preparação pedagógica foi uma alternativa encontrada por muitas instituições de ensino que vem possibilitando o contato do pós-graduando com a docência, sem deixar de considerar a formação específica.

Visto essa necessidade na formação do pós-graduando e futuro docente, a Universidade de São Paulo (USP) desde 2005 possui o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, o PAE, que tem por objetivo aperfeiçoar a formação de alunos de Pós-Graduação matriculados na USP para a atividade didática de graduação, regulamentado pela Portaria GR 3588, de 10 de maio de 2005. O Programa PAE consiste em duas etapas, Preparação pedagógica e o Estágio Supervisionado em Docência, e é uma disciplina obrigatória aos alunos que cursam o doutorado, sendo muitas vezes a primeira aproximação deles com a docência.

A formação inicial e a formação continuada de docentes vêm sofrendo com a diminuição de recursos, o que compromete a oferta de programas e conseqüentemente nas potencialidades do trabalho pedagógico dos professores. Além disso, as novas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica foram homologadas em 19 de dezembro de 2019 instituída a Base Nacional Comum (BNC) para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Os pressupostos dessa nova diretriz descaracterizam a formação docente que vem sendo defendida historicamente, sendo incompatíveis com a Resolução CNE/CP nº 02/2015. Os impactos negativos da BNC-Formação (BRASIL, 2019b) sobre a formação continuada, apontam que a nova Base se tornou um grande retrocesso por ter eliminado as diretrizes relativas à formação continuada e à valorização dos profissionais do magistério (NOGUEIRA; BORGES, 2021).

Diante desse cenário, alguns pontos tornam-se essenciais como a valorização da formação pedagógica do professor na legislação educacional, o planejamento e execução das disciplinas pedagógicas de maneira que os educadores relacionem os conhecimentos teóricos a prática; a conscientização dos educadores do valor da formação pedagógica para a prática



docente; e também a valorização desse perfil de profissional – com formação pedagógica – pelos gestores educacionais nas instituições de ensino, promovendo a necessidade de fazer-se cumprir a legislação assegurando o bem comum de todos os envolvidos no processo e garantir a qualidade da educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a analisar os dados obtidos através do questionário aplicado nessa pesquisa em que os resultados mostraram que os docentes estão atuando nas etapas educacionais adequadas à sua formação, mas que quanto maior o nível da sua formação acadêmica menor a formação pedagógica, o que indica uma fragilidade na construção e constituição da identidade docente no ensino superior. Ao longo do texto destacou-se a pouca importância com a formação pedagógica dos docentes que atuam no ensino superior na legislação educacional vigente. Verificou-se que todos os professores que atuam na educação básica possuem formação pedagógica, mas nem todos os professores que atuam na educação superior possuem. Notou-se da análise de conteúdo das questões dissertativas que a primeira categoria mostrou que a maioria dos respondentes consideram a formação pedagógica importante na formação docente e na segunda categoria mostrou que os respondentes consideram que a formação pedagógica tem impactos positivos na prática docente. A maioria dos docentes respondentes julgam inegável a importância da formação pedagógica na prática docente e sua fundamental contribuição para o processo de ensino-aprendizagem principalmente quanto à melhoria da didática do professor. Esse trabalho trouxe questionamentos quanto a formação inicial dos professores nos cursos de licenciatura e espera-se que as análises apresentadas se somem a outros estudos para que contribuam na ampliação das reflexões teórico-metodológicas sobre a formação pedagógica de docentes em diferentes níveis educacionais de ensino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ed. Edições 70, Lisboa, Portugal, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura (MEC). **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. MEC, Brasília, DF, Brasil, 1996.



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico**. Brasília, DF, Brasil, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF, Brasil, 2019a.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.2, de 20 de dezembro de 2019. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Brasília, DF, Brasil, 2019b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. **Estatísticas dos professores no Brasil**. 2ed. INEP, Brasília, DF, 2004.

CHAO, Anne. et al. A new statistical approach for assessing similarity of species composition with incidence and abundance data. **Ecology Letters**, p: 148–159, 2005.

CORRÊA, Guilherme Torres; RIBEIRO, Victoria Maria Brant. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. **Educação e Pesquisa**, 39(2): 319-334, 2013.

FERNANDES, Maria José da Silva. **A coordenação pedagógica em face das reformas escolares paulistas (1996-2007)**. Tese. (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

GUARDA, Vanessa Moraes Abdala; BARBOSA, Andreza; CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. Mudanças na organização escolar e formação docente continuada em um município do interior paulista. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 231–246, 2021.

LIBÂNIO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, 27: 5-24, 2004.

MARTINS, Vicente. **A Lei Magna da Educação**, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete legislação educacional**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. Midiamix Editora, São Paulo, SP, Brasil, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/legislacao-educacional>. Acesso em: 20 maio 2021

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A BNC-formação e a formação continuada de professores. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, 25(1): 188–204, 2021.



PACHANE, Graziela Giusti. **A Importância da formação pedagógica para o professor universitário: a experiência da Unicamp**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, Campinas, SP, Brasil, 2003.

R CORE TEAM. R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2018.

SANTOS, Fernando Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, 6(1): 383-387, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação & Sociedade**, 31(112): 769-787, 2010.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores e pedagogos na perspectiva da LDB. p. 171-183. In: Barbosa, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. 2003. Editora Unesp, São Paulo, SP, Brasil, 2003.

SILVA, Pollyane Vieira da. et al. Análise do nível de escolaridade e formação acadêmica dos docentes da educação básica do Brasil no ano de 2017 por meio do uso de técnicas multivariadas. **Sigmae**, 8(2): 801-812, 2019.

SILVA, Vivian Batista. **História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Vivian Batista da; CATANI, Denice Barbara. Metáforas e comparações que ensinam a ensinar: a razão e a identidade da pedagogia nos manuais para professores (1873-1909). **História da Educação**, 23: 1-32, 2019.

TRES, Lairton; DEL PINO, José Claudio. Concepções acerca da formação docente em química: desafios e possibilidades. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2019.